

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CMDU BIÊNIO 2019-2021

Às nove horas e trinta minutos, do dia vinte e três de junho de dois mil e vinte e um, foi realizada a 10ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU), biênio 2019-2021, de forma híbrida, presencialmente e por meio virtual pela plataforma Cisco Webex, sendo o link de acesso encaminhado antecipadamente junto à convocação por e-mail e disponível aos munícipes na publicação em Diário Oficial do dia vinte e quatro de maio. Ressalte-se que às nove horas não havia quorum, portanto a reunião foi iniciada às nove horas e trinta minutos com os participantes presentes, em segunda chamada. Estavam presentes os membros relacionados na lista de presença anexa. O presidente Glaucus, iniciou os trabalhos no item 1) Aprovação da ata da 9ª Reunião Ordinária de 26/05/2021, o Sr. Jean, do SASP, solicitou por e-mail alterações na ata, e foi feita leitura da mesma, nos trechos alterados de sua fala. A plenária aprovou a ata por unanimidade com as alterações. E assim deu sequência na pauta passando ao item 2) A aprovação da alteração de 30(trinta) para 15(quinze) minutos para o início da reunião com qualquer quórum. A sra. Mônica da Unisantos, pediu a palavra e ponderou que essa mudança seja feita somente durante a pandemia, visto que as reuniões são híbridas, ao retornarmos à normalidade, voltem a ser trinta minutos, visto que existe o tempo de deslocamento das pessoas. O sr. Jean do SASP, sugeriu que sejam feitos estudos mais aprofundados para mudanças no regimento interno, pois existem outros pontos que deveriam ser discutidos, tais como a questão da paridade e vacância de cadeiras, reuniões virtuais e remarcação de reuniões canceladas. Para tanto, sugeriu a convocação de uma reunião da Comissão Especial de Legislação do CMDU para esse fim. O presidente pediu ao sr. Jean que traga suas contribuições para serem analisadas. No terceiro item, Processo em NIDE da Portofer Transporte Ferroviário Ltda. (NIDE1) (passarelas), o presidente explicou que como todo empreendimento em NIDE deve ser analisado no CMDU. A nova passarela da Senador Feijó, já foi submetida ao Condepasa. O parecer elaborado pela Sedurb será enviado ao CMDU já no dia vinte e quatro de junho. O presidente então passou a palavra à sra. Veridiana da Sedurb, que explicou que a Seserp fez alguns apontamentos no parecer e esses ajustes estavam sendo inseridos, e por isso o mesmo iria ser enviado no dia seguinte. O presidente explicou que já existe processo aberto e tramitando, já temos inclusive apontamentos do Comserp e da Seserp e que o processo passará pela Câmara Temática. O sr. Jean perguntou se o processo já havia passado pela Comissão Especial de Uso do Espaço Aéreo do CMDU e o uso da passarela será oneroso questionando também a retificação no Parecer Técnico do IPHAN, na qual o imóvel consta como de uso residencial. O presidente respondeu que é uso público, não oneroso, e temos anuência do Santos Port Authority – SPA, uma parte é município, outra parte federal. Em seguida, o presidente passou ao quarto item da pauta, revisão do plano diretor, e passou a palavra a sra. Laís, que informou que as audiências e oficinas estão suspensas em virtude da situação sanitária, e que as mesmas serão retomadas assim que possível. Não existe intenção de prosseguir sem ter a participação pública. Estão sendo feitas as análises internas da Lei de Uso e Ocupação do Solo e do Plano Diretor, e o diagnóstico está em andamento, baseado em cadastros tributários. O material das análises e relatórios serão disponibilizados no site da Prefeitura. A sra. Renata complementou informando que como esse ano não tivemos Censo os dados de análise utilizados são os do Cadastro Único. A sra Mônica da

Unisantos parabenizou a equipe da Sedurb quanto ao diagnóstico em andamento; e perguntou se estão abordando a ligação da área continental com a área insular. A sra. Renata respondeu que está em estudo ainda, e por isso não foi apresentado. O sr. Márcio Calves solicitou que fosse disponibilizado. O presidente reafirmou que estará tudo disponível no site da Prefeitura. O sr. Jean disse que os dados apresentados serão úteis, e pediu informações quanto aos projetos do Mercado Municipal e do Parque das Palafitas. Quanto ao item habitação, o sr. Jean citou a reintegração de posse ocorrida na Rua João Carlos da Silva, e apresentou desgravo quanto à remoção das famílias do local, mesmo com a liminar do STF que suspende as desocupações de áreas já habitadas antes de 20 de março de 2020 e a aprovação do (PL nº 827 de 2020) na Câmara Federal, que suspende os despejos de imóveis até o final de 2021 isso por causa da pandemia, destacando a inatividade do Conselho Municipal de Habitação, que não se reúne desde novembro de 2019. O presidente informou que o Mercado Municipal e o Parque das Palafitas serão apresentados na próxima reunião. A sra. Laís explicou que projeto está em andamento, e será direcionado para atendimento à população do local. Sugeriu também a criação de uma Comissão Especial de Habitação. A sra. Mônica reforçou a fala do sr. Jean e pediu sensibilização da Prefeitura para que seja feita negociação em função da crise sanitária. O presidente explicou que não houve despejo de nenhuma família, visto que as pessoas já haviam previamente sido relocadas e, portanto, a Lei não foi descumprida. A demanda de retirar as casas, veio da própria comunidade para manter a área livre de habitações irregulares. A sra. Lenimar comentou projeto de lei recentemente aprovado pelo Congresso Nacional que suspende despejos durante a pandemia, cujos casos acontecem quase sempre com famílias de renda mais baixa que constituem a maior demanda por habitações. E sugeriu que a Prefeitura estabeleça mediação nos conflitos fundiários urbanos que envolvam população de baixa renda. O presidente disse que a criação da Comissão Especial de Habitação deve ser votada e a indicação de participantes por e-mail, ao longo do mês, para apresentação na próxima reunião. O sr. Jean sugeriu a criação de grupo de trabalho ou comissão sobre o Parque das Palafitas e Mercado Municipal. A sra. Veridiana informou que o grupo de trabalho do Parque das Palafitas está sendo criado. Sobre o Monumento da Imigração japonesa, ela explicou que o mesmo está somente sendo realocado e a colônia japonesa já aprovou a mudança. O projeto será apresentado numa próxima reunião. No item cinco, a revisão do decreto de proteção dos imóveis do Alegria Centro, o sr. Ricardo Martins da Sedurb explicou que estão fazendo levantamento do nível de proteção dos imóveis, e que mais de noventa e cinco por cento da primeira fase, já está concluída. A próxima fase será votação no Condepasa e seguida haverá outro levantamento para ampliação da abrangência da complexidade dos imóveis. O sr. Márcio Calves perguntou se o levantamento em andamento é o estudo para flexibilização do decreto de nível de tombamentos e proteção; um reenquadramento, nova qualificação dos níveis de proteção. O sr. Ricardo respondeu afirmativamente. O sr. Jean perguntou o prazo para aprovação pelo Condepasa, e foi informado que o prazo ainda não existe, visto que falta a finalização dos levantamentos. Sugeriu então que os levantamentos já finalizados fossem enviados para aprovação do Condepasa, aproveitando a ociosidade do Conselho que teve as duas últimas reuniões canceladas pela ausência de processos para deliberação. Entrando no sexto item da pauta, assuntos gerais, o presidente abriu a palavra à plenária. A sra. Mônica fez convite para uma “live” em homenagem ao sr. Célio Nori da Concidadânia, recentemente falecido; e discussão com líderes

comunitários. O convite foi enviado a secretaria do CMDU, que reencaminhou o convite aos demais membros do Conselho. O sr. Adalberto da Seport-RC justificou a ausência do sr. Ronald Couto e demonstrou interesse em participar da discussão sobre a alteração do Decreto do Alegria Centro. Não havendo nenhuma outra manifestação, o presidente agradeceu a presença de todos e, como nada mais havia a ser tratado, às dez horas e cinquenta e sete minutos, deu os trabalhos por encerrados. Eu, Vânia Gomes Pinheiro _____ lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será ao final subscrita pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Glaucus Renzo Farinello _____ presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.
